

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.257 - SP (2020/0023748-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : FABIO DE OLIVEIRA COSTA
AGRAVANTE : SAMYRA MAMEDE CHULUC
OUTRO NOME : SAMYRA MAMEDE CHULUC COSTA
ADVOGADO : MARCIO BERTOCCO - SP340944
AGRAVADO : SUSAN GRAZIELE BLASIOLI
ADVOGADOS : NESTOR RIBEIRO NETO - SP065848
CARLOS CÉSAR OLIVEIRA FAGOTTI - SP135748
INTERES. : JOAO BATISTA PEREIRA
INTERES. : JOAO MIGUEL MARQUES DE MEDEIROS
INTERES. : LUCIMAR IONE DE CARVALHO
INTERES. : JOAO PEREIRA SOBRINHO
ADVOGADO : HUGO ANDRADE COSSI - SP110521
INTERES. : JULIA ROSSETI PICININ ARRUDA VIEIRA
ADVOGADO : HERICK BERGER LEOPOLDO - SP225927

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FABIO DE OLIVEIRA COSTA e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de FABIO DE OLIVEIRA COSTA e OUTRO, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 30/08/2019, sendo o agravo somente interposto em 24/09/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o

Superior Tribunal de Justiça

que impossibilita a regularização posterior.

Ainda, o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Tribunal *a quo*.

Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, é necessário que a parte interponha todos os recursos ordinários no Tribunal de origem antes de buscar a instância especial (Súmula n. 281 do STF).

É, pois, pacífico o entendimento do STJ de que a interposição do recurso especial pressupõe o julgamento da questão controvertida pelo órgão colegiado do Tribunal de origem. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1262686/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 29/08/2018.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente